

Avenida da Paz, 14, 9600-053 Pico da Pedra

amigosdosacores@ amigosdosacores.pt

www. amigosdosacores.pt

(+351) 296 498 004

Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável -ALRA

Rua Marcelino Lima, 9901-858 Horta

Sua Referência S/2828/2022 Sua Data 26/09/2022 Nossa Referência 0025/22 Data 18/10/2022

Assunto: Proposta de Decreto legislativo Regional nº 42/XII − "Aprova a Alteração do Programa Regional da Água dos Açores" − Parecer escrito

Ex.mo Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

No âmbito da consulta acerca da iniciativa referida em epígrafe, os Amigos dos Açores — Associação Ecológica, agradecendo o Vosso contacto, vêm emitir parecer favorável à iniciativa, merecendo a a nossa aprovação no que respeita à sua estrutura, missão, princípios de planeamento, medidas propostas e dinâmica de implementação.

Antes de mais saudamos a iniciativa da revisão, pese embora a vigência do atual PRA ter terminado em 2013, devendo, segundo o mesmo, a respetiva revisão ter sido iniciada em 2011.

Apesar de neste Instrumento de Gestão Territorial não se avaliar o atraso como um fator tão crítico como noutros planos, julga-se importante que sejam honrados os compromissos temporais que se materializam em prazos legais, de modo a credibilizar o planeamento e ordenamento do território perante as instituições e cidadãos, seja no âmbito regional ou municipal.

Embora os motivos possam extravasar a aplicação do PRA, julgamos que volvidas cerca de duas décadas persistem problemáticas e desafios na gestão da água, algumas das quais sem evolução significativa.

A salinidade continua a assumir-se como uma ameaça à qualidade da água para consumo humano, particularmente em algumas ilhas, nas quais julgamos que devam ser analisadas alternativas na garantia de utilização sustentável de recursos.

Somando-se a **perda média de 35% nas redes de abastecimento**, da qual não é possível uma aferição mais precisa, que até poderá ser mais elevada, necessita-se de, no nosso entender, um maior conhecimento e controlo sobre as pressões sobre os recursos hídricos e sistemas de abastecimento, em função do adequado uso racional.



Dadas as previsões de evolução das condições climatéricas e a incapacidade de maximizar significativamente a captação de água proveniente da precipitação, julgamos importante que se possa promover uma maior diversificação das fontes de captação e armazenamento de água, quer no sistema público, empresarial e particular, podendo ser mais incentivadas a captação, armazenamento e reutilização de águas não dependente das redes de abastecimento municipais, promovendo a descentralização e reduzindo pressões identificadas.

No que respeita à qualidade da água, importa-nos que seja adequadamente estudada a aplicação de fertilizantes e respetivos impactes nas massas de água, bem como ao nível dos efluentes orgânicos da atividade pecuária que, do nosso conhecimento de terreno, nem sempre são devidamente acauteladas, particularmente em casos em que a densidade de bovinos é maior.

Nas massas de água interiores tem-se verificado um decréscimo de qualidade em algumas lagoas, nas quais não têm sido **identificadas as pressões significativas responsáveis**, o que julgamos ser pertinente e, de certa forma urgente, uma vez que os processos de regeneração deverão ser, por regra, mais lentos que os de degradação.

Aos níveis do conhecimento e da cidadania julgamos que a rede hidrometeorológica dos Açores, para além de apoiar o conhecimento, deveria estar mais próximo da comunidade, promovendo a respetiva participação circunstanciada, nomeadamente na sua disponibilização numa plataforma mais acessível, por exemplo aos dispositivos móveis ou até através de uma aplicação para os mesmos.

Julgamos ser pertinente que a aposta nas ações de sensibilização vise cada vez mais a importância dos serviços de ecossistemas, uma vez que, da nossa experiência junto da comunidade, existe uma maior predisposição para valores contemplativos em detrimento de valores funcionais.

Por último, enaltece-se a atualização cartográfica realizada em relação ao plano em vigor, sublinhado que, pela quantidade de informação e densidade em algumas zonas, numa perspetiva de informação pública, os dados deverão ser disponibilizados em formato acessível para o cidadão através da atualização do atual Sistema Regional de Informação sobre a Água ou alternativa similar.

Com os nossos cumprimentos,

()

Diogo Caetano - Presidente da Direção